

Povos Indígenas no Brasil

Fonte UESP Class.: 155

Data 13/02/75 Pg.: _____

O problema

do índio sob ESP-13.2.75 novas luzes

O general Ismarth de Araujo Oliveira anunciou que a Funai promoverá uma série de reuniões com antropólogos para discutir a fundo o problema do índio no Brasil, com o intuito de aperfeiçoar a política indigenista até agora seguida pelo governo. Logo após os primeiros contatos, constituir-se-á um grupo de trabalho que deverá apresentar sugestões objetivas não apenas com vistas à elaboração do Estatuto do Índio mas, também, à emancipação dos nossos silvícolas.

A iniciativa tomada pela Funai, no sentido de ouvir os estudiosos do assunto, acabando pois com o isolamento que guardava até há pouco — sobretudo na administração do sr. Bandeira de Melo —, mostra que há verdadeiro desejo de acertar e intenção de traçar uma política iluminada pela experiência de homens que têm dedicado a vida ao apaixonante problema do índio, no Brasil e em outros países. Foi a insistência em fechar-se sobre si mesma e em buscar em seus quadros despreparados e na sua frágil estrutura a definição de uma política do índio que levou a Funai a cometer erros que seu superintendente pretende agora corrigir. Ainda recentemente falamos na sua dificuldade de encontrar sertanistas e gente preparada para executar a tarefa de aproximação com os indígenas, encarecendo a necessidade de diálogo mais aberto entre antropólogos e o pessoal da Funai. Parece que será iniciado agora esse diálogo, faltando apenas superar o obstáculo decorrente da carência de homens de campo, o que só será possível mediante a oferta de salários mais elevados e de melhores condições de trabalho.

Não podemos entretanto deixar de lamentar a informação do presidente da Funai segundo a qual não serão convidados para o debate os antropólogos que são contrários à abertura da Perimetraj Norte por julgarem que os waimiris-atroaris devem ser mantidos em seu habitat natural. Não entendemos bem o sentido desta restrição. Tais cientistas, embora já tenham opinião formada sobre um aspecto do problema, poderiam certamente contribuir para o esclarecimento de outros correlatos. No momento em que se registra, em todas as áreas do governo federal, salutar e positiva disposição de manter um debate franco acerca de todos os problemas, sob o comando do sr. presidente da República, estamos convencidos de que nenhum antropólogo qualificado deve ficar à margem desse importante debate. De qualquer modo, já estamos diante de um fato positivo, a saber, o reconhecimento da necessidade de proceder a novo estudo de alguns aspectos da política indigenista brasileira. Será necessário aproveitar na prática as sugestões que vierem a ser formuladas, para que os estudos não fiquem no plano puramente acadêmico. Diante do zelo que revela o governo pelo problema do índio, que não é brasileiro, mas mundial, estamos certos de que se passará, consequentemente, do plano teórico para o da ação efetiva e concreta, que deve partir de um novo estatuto que atenda verdadeiramente aos interesses e à sua sobrevivência. E na elaboração desse estatuto todos os antropólogos do Brasil devem ser ouvidos.